



O Des. Osório Ramos quebrou a mesa de negociação e impôs um reajuste de 7%. Mas Pleno disse que negociações das demais reivindicações devem continuar

Agora, a categoria solicita a reabertura do canal de diálogo para discutir o restante da Pauta, mas a Presidência do TJ não fala nada

PRESIDENTE DO TJSE, VOCÊ VAI FICAR DO LADO DOS MARAJÁS? OU DOS CONCURSADOS

**Vem aí ...
“MAMATÔMETRO
do TJSE”**

**Mais um golpe do TJ
contra as URVs,
que já duram 18 anos**

Inauguração do Mamatômetro do TJSE acontece neste mês

A maior campanha de divulgação de gastos públicos já feita a população sergipana começará expondo os supermamatatas do TJSE

Aprovado pela categoria na última Assembléia Geral, que aconteceu no dia 22 de novembro, o Mamatômetro terá sua primeira edição na próxima terça-feira, 18 de dezembro, às 15h, no Calçadão da João Pessoa, em frente a Caixa Econômica, no centro de Aracaju.

O evento foi idealizado pelos servidores como resposta ao encerramento autoritário da negociação salarial por parte do atual Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, o Des. Osório Ramos.

A ideia inicial é que o Mamatômetro seja um evento realizado mensalmente, em espaços públicos, e tem como objetivo divulgar para a população os maiores salários pagos no corrente mês, pelo TJSE, os privilégios existentes dentro dele, os gastos excessivos e, acima de tudo, instruir a população como acompanhar o Portal da Transparência do Judiciário.

A ação é uma forma de dar reforço à “Campanha de Mora-

lização do Poder Judiciário” também aprovada pela categoria e que propõe a redução dos valores dos cargos em comissão, tendo como referência máxima o salário dos servidores efetivos, o fim das incorporações dos valores de CCs e FCs e a definição de critérios para evitar indenizações de férias milionárias.

Para o dirigente do Sindijus, Gilvan Tavares, o Mamatômetro terá dimensões de uma atividade de utilidade pública e mostrará à sociedade sergipana as aberrantes discrepâncias salariais existentes dentro do TJSE.

“Com o Mamatômetro, iremos publicizar à sociedade sergipana os maiores salários pagos a alguns privilegiados, no TJSE, com informações retiradas do Portal da Transparência do próprio Tribunal de Justiça de Sergipe. Será o momento de tornar verdadeiramente público o debate que o Presidente do TJ se recusa em fazer, sobre a necessidade de acabar com a farra que beneficia pou-

cos com altos salários e moralizar o TJ,” afirma Gilvan Tavares.

Em 2012, ficará marcado como um ano em que o modelo de Judiciário, até então predominante, foi debatido como nunca antes, em todas as partes do país.

Em Sergipe, salários de desembargadores, juizes e até alguns servidores com cargos em comissão, que ultrapassam o teto salarial constitucional de R\$ 27 mil, ficaram conhecidos, dentro e fora do estado, como “salários anabolizados” e “supersalários do TJSE”.

Além de divulgar os valores totais de rubricas gastas no TJSE, o Mamatômetro levará às ruas os maiores salários pagos no TJSE, mensalmente, para que a própria população que paga essa conta faça o seu julgamento.

“Acima de tudo, esse ato do Sindijus busca mostrar aos gestores do TJ que não há mais tolerância com totalitarismo na Administração Pública e que se não há mais espaço para diálogo sério dentro do órgão, os debates serão feitos do mesmo jeito, sem qualquer recuo, e serão no chão da luta,

Desembargadora ataca Precatório das URVs

Mesmo após 18 anos de negligência com o caso das URVs, as ações do TJSE a respeito do caso indicam que essa história ainda não terá o desfecho que os trabalhadores tanto aguardam.

Dessa vez, a desembargadora Geni Schuster proferiu, neste mês de dezembro, uma nova decisão sobre o processo, desta vez acerca da expedição do Precatório feito na gestão anterior, pelo Des. José Alves Neto.

A desembargadora quer a extinção do Precatório, alegando que o mesmo não deveria ter sido expedido pelo ex-presidente do TJSE, José Alves Neto, tendo em vista que deveria ser aguardado o julgamento da causa total.

O Des. Osório Ramos, também não demonstrou interesse em solucionar a causa dos servidores, visto que em setembro deste ano, apontou irregularidades na forma como foi feito o processo. O atual Presidente alega que o Ex-presidente do TJ, não tinha competência para

expedi-lo, só podendo ser expedido pelo relator do processo e que o Precatório não poderia ter sido fragmentando, ou seja, expedido apenas para a parte que não é mais contestada pelo Estado, só poderia ser expedido após o trânsito em julgado e essa ação ainda encontra-se no Superior Tribunal de Justiça, sob recurso.

Indignação

Para Mirian Lúcia, dirigente do SINDIJUS e vítima do TJ, nesse caso das URVs, cada decisão nova do TJSE desperta mais revolta entre os servidores afetados pelo caso. “No mês de julho tivemos esperança de solução do caso, já que fora expedido um Precatório de R\$ 61 milhões para parte dos servidores, mas depois disso, passamos a receber somente notícias ruins, de tentativas de anulação desse Precatório, estamos indignados”, lamentou.

A direção do SINDIJUS irá se reunir com a advogada do caso, Dra. Lenieverson Menezes, para avaliar o procedimen-

**O POVO QUER SABER,
O PRESIDENTE DO TJSE IGNORA,
O SINDIJUS LEVA À PRAÇA**



**PELA PRIMEIRA VEZ, OS SUPERSALÁRIOS
DO TJSE, AO VIVO E A CORES, NA RUA**

Sindijus quer que Des. Osório cumpra palavra e reabra Mesa de Negociação

Em nome de aprovarem 7% de reajuste e não terem que reconhecer a legalidade de uma greve, Presidente do TJ e desembargadores disseram que negociações deviam continuar, mas até agora nada

Após a quebra da negociação e aprovação, de forma autoritária e unilateral, dos 7% de reajuste salarial proposto pelo Presidente do TJSE, Des. Osório Ramos, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Sergipe (SINDIJUS), reiterou o pedido da retomada da Mesa de Negociação em dois ofícios encaminhados ao TJSE. Até a impressão deste Boletim, o silêncio por parte do Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe foi a única resposta obtida.

Após o desgastante processo de negociação que, no dia 21/11, culminou em uma paralisação dos servidores e na aprovação de 7% de reajuste salarial pelo Pleno do TJSE, mostrando todo o autoritarismo da gestão do Judiciário sergipano nas relações com a organização dos trabalhadores, o SINDIJUS, compreendendo a importância de dialogar sobre os outros pontos das pautas, incluindo algumas questões financeiras e administrativas, principalmente em relação as medidas moralizadoras dentro do TJSE, encaminhou dois ofícios à Presidência do TJSE pedindo a reabertura da Mesa de Negociação, tendo, até agora, somente a indiferença como resposta.

“Já enviamos dois ofícios para a Presidência do TJSE e até agora recebemos como resposta o silêncio. Essa atitude mostra, mais uma vez, o total desrespeito do Des. Osório Ramos

com os servidores e o seu absoluto desinteresse em moralizar o TJSE, que, em Sergipe, é um órgão que tem servido de antro para abrigar privilégios de setores elitizados da sociedade sergipana que entendem ser justo receberem salários 1.000% superiores aos dos servidores concursados, sem nunca terem feito concurso para isso,” afirma Vagner do Nascimento, diretor do SINDIJUS.

Apesar das seguidas demonstrações de total desinteresse em realizar as mudanças necessárias dentro do TJSE, como o fim das famigeradas Incorporações, que vem gerando enriquecimento sem causa de alguns, a redução salarial dos mais altos Cargos Comissionados e Funções de Confiança, utilizando-se como referência a remuneração dos servidores efetivos e o estabelecimento de critérios claros no que cerne as indenizações de férias, protagonistas do conhecido fenômeno dos supersalários, que já levou desembargador José Alves Neto, no ano de 2012, a receber a bagatela de mais de 800 mil reais, o SINDIJUS continua exigindo do Presidente do TJSE, Des. Osório Ramos, que cumpra a palavra dita por ele e pelos demais desembargadores no Tribunal Pleno, quando aprovaram os 7%, mas afirmaram que as negociações conti-



nuariam, e, diante disso, os servidores fazem a pergunta já conhecida nas avenidas e rodovias deste estado: “Presidente do TJSE, você ficará do lado dos Marajás ou dos concursados?”

“Continuaremos fazendo uma campanha pública para que o Desembargador Osório Ramos se manifestar publicamente sobre qual lado que a sua gestão ficará, o lado de que busca uma política de valorização justa e digna para os servidores efetivos ou o lado a favor dos privilegiados, que são indicados pelo dedo político, sem nenhum concurso? Essa é a pergunta que não só os servidores do TJSE estão fazendo, mas toda a sociedade sergipana que hoje conhece a realidade dos Marajás dentro do órgão que deveria fazer Justiça”, afirma Plínio Pugliesi, diretor do SINDIJUS.

Encaminhamentos

No intuito de publicizar cada vez mais as injustiças salariais dentro do TJSE e em busca de uma posição pública do Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe sobre os pleitos do sindicato, em relação ao conjunto de normas e resoluções propostas pelos servidores para moralizar o Tribunal de Justiça de Sergipe e a reabertura dos diálogos em torno das pautas ainda pendentes, o SINDIJUS estará trazendo à tona esse debate para a população, com atos públicos e com a continuidade da Campanha pública, que revelou à sociedade os Marajás do TJSE.

“Ate o dia 1º de fevereiro, data em que encerra a atual gestão do TJSE, o Des. Osório Ramos poderá encaminhar as mudanças que a justiça sergipana necessita, do contrário, vamos concluir em que lado ele preferiu ficar”, diz Plínio Pugliesi, diretor do SINDIJUS.

TOP 10
do
TJSE
NOVEMBRO

Ranking dos maiores salários do TJSE

| | | | |
|--------------------|---------------|---------------------|---------------|
| 1º JUIZ DE DIREITO | R\$ 67.593,54 | 6º DESEMBARGADOR | R\$ 39.540,59 |
| 2º JUIZ DE DIREITO | R\$ 46.377,93 | 7º DESEMBARGADOR | R\$ 39.338,20 |
| 3º JUIZ DE DIREITO | R\$ 46.011,74 | 8º DESEMBARGADOR | R\$ 39.133,34 |
| 4º JUIZ DE DIREITO | R\$ 45.909,58 | 9º JUIZ DE DIREITO | R\$ 36.315,32 |
| 5º JUIZ SUBSTITUTO | R\$ 39.587,28 | 10º JUIZ DE DIREITO | R\$ 35.356,33 |

QUEM NÃO SE FORMA, SE DEFORMA

Uma breve história da luta dos trabalhadores...

A organização sindical e os anos de chumbo (1964 – 1979)

Na década de 50 a organização dos trabalhadores viveu seu ápice, liderados pela aliança das militâncias comunistas e trabalhistas. Contudo, depois desse apogeu, a estrutura política da organização sindical foi duramente atingida após o golpe de 64 e durante todo o regime militar.

Sob a justificativa de impedir a república sindicalista, a ditadura militar trouxe prejuízos concretos não só para a organização sindical, desestruturando as relações de trabalho, prendendo lideranças e tentando forjar um novo tipo de sindicalismo, distante da luta de classes e próximos a interesses corporativistas e com ligações íntimas aos que detinham o poder na época, os militares, mas, sobretudo para as organizações de esquerda, que naquele período, se organizavam hegemonicamente do Partido Comunista Brasileiro, o PCB.

A partir das diferentes análises sobre as estratégias para a superação do regime militar, uns apontando a luta pacífica e dentro dos aparatos políticos, como os sindicatos, outros defendendo como o único caminho a luta armada, se deram as primeiras grandes divergências que fragmentaram os trabalhadores, na esquerda.

Dentro das organizações sindicais, o governo Castelo Branco ((1964-1967) inicia a repressão e a mudança na legislação em vigor trouxe um controle maior nas atividades sindicais por parte do Estado, restringindo diversas ações sindicais.

Outro pólo de ataque da ditadura para com as organizações sindicais foi a tentativa de con-

tenção da inflação via uma política de “arrocho salarial”, criando uma crise entre a produção e uma política de demissão, amparada na CLT, que criava um exército de reserva que se assinala como um grande perigo para qualquer trabalhador que se apresentasse como possível “revolucionário”.

Na verdade, aqueles que conduziram o Regime Militar buscavam criar um outro funcionamento para a organização sindical, intervindo nas cúpulas sindicais, as organizações nos locais de trabalho, tudo que pudesse servir de pilar para a retomada do sindicalismo “combativo”.

Contudo, a preocupação com a ingerência do Estado nas organizações sindicais se torna uma questão prioritária para o PCB, que, de certa forma, vê no espaço sindical o elemento chave de reativação do movimento operário, trabalha no sentido desse retorno aos sindicatos, apesar dos limites a que estavam submetidos. Nesta luta os comunistas, como já fizeram em outros períodos, também vão travar batalhas contra os setores mais conservadores do movimento sindical, além disso, trabalham no sentido da recuperação das entidades intersindicais, que possam articular de forma geral a luta dos trabalhadores.

No final de 68, com a instituição do AI 5, com a repressão cada vez mais violenta e o “Milagre Econômico” na geração de emprego pelas indústrias automobilísticas e têxteis, às custas do arrocho salarial dos trabalhadores, os grupos de esquerda começam a disputar entre si ainda em relação a tática de superação do regime militar,



situação que só se agrava no governo de Emílio Médici (1969-1970).

Entretanto, os trabalhadores ainda encontravam no chão das fábricas seu espaço de organização e de forma clandestina iniciam os primeiros Encontros Sindicais. Todo esse trabalho silencioso e acobertado, que articulava diversos grupos em diversos setores, vai mantendo a chama do movimento operário-sindical brasileiro, apesar dos sucessivos ataques desfechados pelo regime.

Nesse período, o Governo Militar infiltrou agentes secretos em grupos de esquerda e nos sindicatos para identificar as lideranças do movimento sindical. Diversos militantes ligados ao movimento foram persegui-

das, torturadas e desapareceram, sem qualquer esclarecimento das autoridades. A exemplo do caso Aluizio Palhano, presidente do sindicato dos bancários do RJ, que após retornar de um exílio em Cuba, foi preso e morreu sob tortura no DOI-Codi paulista, em maio de 1971.

É no final da década de 1970 que toda uma série de movimentações ganha visibilidade, rompendo os limites impostos pela ditadura aos trabalhadores. Com o desnudar do milagre brasileiro, o próximo governo do regime militar, comandado pelo General Ernesto Geisel (1974-1979), propõe-se a estratégia da “abertura” política, processo que começou a garantir a retomada da participação social em espaços de decisão.